

Curta, compartilhe, siga:



semearchapa1



Semear **CHAPA 1**

Transformar o presente, semear o futuro

GESTÃO APUB 2020-2022

**ELEIÇÕES:
01 a 04 /12/20**



Semear: transformar o presente, construir o futuro

Semear - metáfora rica em significados, ato que reúne trabalho e esperança no futuro. Após resistir a secas, inundações e intempéries, semear é passo para continuar, sabendo que antes é preciso limpar o terreno. A palavra semear tem sido secularmente utilizada como símbolo do trabalho de intelectuais, professores e professoras, que cultivam dentro de si conhecimentos recebidos e os compartilham no diálogo com seus estudantes e a sociedade. Semear é o nome que escolhemos para os nossos compromissos.

Resistimos e enfrentamos tempos sombrios – política de recessão econômica, cortes de recursos para a educação, IFES, ciência e tecnologia; a tentativa de desvalorizar a razão e a própria busca da verdade dos fatos; manifestações de preconceitos religiosos, raciais, de classe, gênero e orientação sexual; ataques à democracia, à autonomia universitária e aos direitos; polarização que transforma a divergência ideológica em inimigo a ser eliminado.

A tudo isso se somou a pandemia da COVID-19, que acentuou a desigualdade já existente, trouxe sofrimento físico e mental e abruptas adaptações e mudanças. O afastamento físico sacrificou o meio de troca de energias dos-das docentes com estudantes e colegas e trouxe consequências: quebra do limite entre trabalho e vida doméstica; atividade laboral ininterrupta; dificuldades de acesso aos recursos digitais; uso de recursos pessoais para aquisição de equipamentos e dados de internet; exaustão e adoecimento físico e mental, numa conjuntura nacional estressante.

Para enfrentar esse quadro, propomos uma atuação em quatro eixos: (1) defesa da educação pública, gratuita, democrática, diversa, inclusiva, de qualidade, socialmente referenciada, plural, popular, feminista e antirracista; (2) defesa do Estado Democrático de Direito, da universidade pública e da autonomia universitária; (3) defesa dos direitos, da carreira e das condições de trabalho docente; (4) encontro e cuidado docente.

EIXO 1: Defesa da educação pública, gratuita, democrática, diversa, inclusiva, de qualidade, socialmente referenciada, plural, popular, feminista e antirracista

Defendemos uma educação com tais adjetivos por entender que esses temas se interseccionam e se articulam para semear um projeto de universidade e de sociedade mais justo e igualitário. A educação é direito de todos e dever do Estado. No sistema federal, contempla as carreiras do Magistério Superior (MS) e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), esta última organizada nos Institutos Federais e também nas universidades. Compreender a educação e o magistério federal como um conjunto integrado é um pressuposto da **Chapa 1 - Semear**, refletida nas suas propostas e composição da Diretoria Executiva.

A educação também deve ser **gratuita, democrática, diversa e inclusiva**. Por isto a reserva de vagas e as políticas de assistência estudantil são essenciais à sua democratização, assegurando o ingresso e a permanência de estudantes carentes, negros, quilombolas, indígenas e LGBTQIA+. É preciso avançar, contudo, na **pós-permanência**, que envolve cotas para pós-graduação e ampliação da política de reserva de vagas nos concursos para professores, ponto essencial para, a um só tempo, democratizar a composição do corpo docente e ampliar a inserção e debate de outros elementos, como organização epistemológica, descolonização do conhecimento científico, identificação de estudantes negr(a)os e às(aos) seus docentes e inserção no mercado de trabalho - temas já desenvolvidos com densidade por amplos setores, especialmente intelectuais e militantes do movimento negro. Defendemos um projeto que integre seus paradigmas às reflexões necessárias sobre raça, pluralidade de credos e crenças, classe social, gênero e orientação sexual.

Defendemos a educação de **qualidade** e **socialmente referenciada** que deve espelhar a complexidade do nosso tecido social e partir da nossa formação histórica, política e econômica para produzir respostas que façam sentido às demandas do cotidiano, integrando saber científico e realidade social, sobretudo a partir de experiências de extensão. A educação deve ainda ser **plural** porque a universidade deve refletir a sociedade real, acolher a multiplicidade de perspectivas e visões de mundo, tornar-se um ambiente cada vez mais acolhedor e apto a constituir sínteses dos diferentes pensamentos, capazes de impulsionar mudanças.

Defendemos uma educação **popular** pelo acolhimento à classe trabalhadora, especialmente através da expansão e interiorização das IFES e da ampliação de vagas em cursos noturnos, conquista estabelecida a partir do REUNI e que deve ser continuamente qualificada em seus recursos humanos e infraestruturais.

Defendemos uma educação **feminista** porque, em tempos de violação institucional a direitos básicos das mulheres, a universidade deve se constituir como espaço de resistência, vigilância e elaboração de práticas transformadoras, relativizando parâmetros meritocráticos que desconsideram as condições a que elas são submetidas, violências simbólicas e reais que lhes impõem tarefas e cuidados como se fossem naturais, o que se reflete na progressão de carreira e na produção acadêmica.

Defendemos uma educação **antirracista**, pelo desvelamento do racismo estrutural constituído por uma longa história de escravização formal e informal que, até hoje, produz seus efeitos que não podem ser ignorados nem naturalizados. Nossa educação deve denunciar o racismo estrutural enquanto colabora com a sua superação.

• **A docência na pandemia e a tarefa da APUB Sindicato**

A pandemia fez as universidades públicas, alvo do ataque do governo Bolsonaro, darem prova de sua importância social como espaço de pesquisa científica, produzindo conhecimentos indispensáveis aos órgãos de saúde e à população em geral para enfrentar a COVID-19. O conhecimento científico e acadêmico tem oferecido respostas para enfrentamento da crise sanitária e econômica que assola o país e o mundo.

O ensino, após meses de suspensão, foi reiniciado de forma remota, oportunizando o direito de continuar os estudos àqueles que preferiram e puderam, sem pôr em risco a sua saúde. A adoção da modalidade de semestre suplementar, extraordinário ou especial, de participação voluntária, respeitou a situação dos que preferiram ou não puderam retomar seus estudos, sem qualquer prejuízo para seu histórico acadêmico. Para o ano de 2021, os desafios se agudizam: a pandemia se estende e, enquanto não sobrevier a vacina, continuamos em atividade docente remota. **Não haverá semestre normal enquanto durar a pandemia**, mas é necessário ofertar atividades de ensino, por serem a face mais visível da universidade.

O governo federal tenta naturalizar o ensino remoto para viabilizar um “Reuni digital” numa política de expansão que compromete fortemente o ensino presencial; **este, contudo, não é o projeto defendido e construído pelos setores da comunidade universitária baiana.** Equiparar os projetos e criar uma narrativa sem lastro serve apenas para construir uma espécie de “não-posição” abandonando os docentes quando estes se veem mais afetados pelas condições de trabalho impostas pela pandemia. Negar o problema não irá resolvê-lo. **Reiteramos que enquanto durar a pandemia não haverá semestre normal**, e, sendo necessário viabilizar atividades remotas de ensino, é **obrigação da APUB Sindicato proteger os docentes enquanto esta situação excepcional durar**, identificando as dificuldades e desafios e qualificando verdadeiramente a discussão sobre nossas condições de trabalho.

A Chapa 1 - Semear propõe que as universidades públicas intensifiquem seus esforços para apoiar a comunidade a que servem, considerando o contexto de crise que é sanitária, mas também econômica e social; que se criem condições para que estudantes e docentes participem das atividades universitárias, viabilizando o acesso à web, disponibilizando equipamentos e uso dos nossos espaços físicos de modo seguro, em conformidade com protocolos sanitários. Defendemos o fortalecimento da extensão universitária, o desenvolvimento de programas concebidos conjuntamente por docentes, técnicos, estudantes e representantes das diversas comunidades que podem se beneficiar deles. É compromisso fundamental da **Chapa 1 - Semear** apoiar os docentes em suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, cobrando da administração central das IFES, assim como do MEC, a garantia e disponibilização das condições adequadas de trabalho.

EIXO 2: Defesa do Estado Democrático de Direito, da universidade e da autonomia universitária

A APUB nasceu na ditadura militar (em 1978) em reação às invasões na universidade pela polícia. Seu compromisso, desde sua origem, é com a defesa do Estado Democrático de Direito e democratização da sociedade. O resgate de nossa história reafirma um compromisso, no momento em que os processos democráticos são atacados. Mais do que tradição, é dever e prioridade.

Defendemos o respeito à autonomia universitária, inclusive para eleição de reitor e diretores e a participação da comunidade universitária nas decisões. Após a ruptura democrática de 2016, iniciou-se ataque à escolha democrática dos dirigentes universitários com a tentativa de inviabilizar as consultas paritárias à comunidade acadêmica. Já Bolsonaro, mal escondendo seu desejo de intervenção e visualizando nas IFES foco de

resistência democrática, tem tentado violar nossa autonomia. A Medida Provisória 979 tentou proibir consultas às comunidades acadêmica ou escolar e nomear dirigentes pro tempore durante a pandemia. A combativa reação do movimento educacional e da sociedade o fez recuar e revogar a MP, que viveu apenas alguns dias.

Essa medida, contudo, não é única e se associa a diversas outras (como a MP 914/2019, já caduca) que buscam confundir ou tumultuar os processos democráticos de consulta e eleição desenvolvidos nas IFES e nomear reitores interventores. Em 2019, Bolsonaro interveio na UFRB, UFGD, UFTM, Unirio, UFVJM, UFC, UFERSA e UFFS, assim como não nomeou o diretor-geral eleito no CEFET-RJ e em 2020 também agiu contra a UNILAB, UFES, UNIVASF e, mais recentemente, na UFPB, além de não ter nomeado o reitor eleito no IFSC e no IFRN. No plano orçamentário, após a tentativa de cortes e contingenciamento de recursos em 2019, ataca novamente com a proposta de redução drástica de recursos para a Educação e para a Ciência & Tecnologia (C&T) no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2021. O corte previsto de aproximadamente R\$ 1,882 bilhão nas despesas discricionárias da educação inviabiliza as universidades, que regredem ao patamar de 10 anos atrás e impede o custeio das despesas regulares, compromete as ações de investimento e dificulta ainda mais o funcionamento adequado das universidades. A isto se soma o corte em verbas para as duas agências de fomento (CNPq e CAPES), que estão com seus orçamentos dependentes de créditos suplementares, o que já comprometeu a oferta de bolsas de incentivo e iniciação científica em 2020.

Contra isso, toda a sociedade precisa se insurgir e é compromisso da **Chapa 1 - Semear** continuar associando a APUB e os docentes que representa ao conjunto de entidades que lutam contra a redução orçamentária, em defesa da autonomia universitária e pelo fortalecimento da pesquisa e da educação pública. Nos anos de 2019 e 2020, a APUB protagonizou ações de articulação com outros sindicatos docentes (SINPRO, ADUNEB, APLB e SINASEFE) e com os demais setores universitários - os técnicos-administrativos (ASSUFBA e SINASEFE), os estudantes (DCE/UFBA, DCE/UNILAB, UEB e UNE) e, ineditamente, com os terceirizados por meio de suas entidades sindicais (SINDVIGILANTES e SINDLIMP), reconhecendo que este quarto setor universitário tem entidades e voz próprias para expressar e reivindicar seus direitos e sua integração à comunidade acadêmica. Esta ampla articulação, posteriormente ampliada para além dos quatro setores universitários e da comunidade acadêmica, foi responsável, dentre outras, pelas Jornadas de Maio de 2019, essenciais para reverter a tentativa de bloqueio de recursos da educação promovido pelo governo naquele período. Assim, **propomos manter, consolidar e ampliar esta mobilização e articulação, constituindo uma frente robusta em defesa da democracia, das IFES e da autonomia universitária, mantendo e aperfeiçoando as articulações com o PROIFES, no âmbito nacional, e a CUT, no âmbito estadual.**

EIXO 3: Defesa dos direitos, da carreira e das condições de trabalho docente

Todas as pessoas, independente de raça, gênero, condição econômica e orientação sexual, têm direitos, como os de manifestação, de educação e saúde pública de qualidade, ambiente sadio, RESPEITO. Neste cenário em que todos os direitos estão sendo atacados, a APUB vem atuando tanto como entidade, como agente de construção, articulação e mobilização de frentes amplas e democráticas. Desde 2016, tem-se intensificado no Brasil uma agenda rentista e de redução de direitos, ocultada em argumentos de controle e austeridade fiscal e orçamentária. A pretexto de melhorar a economia e a qualidade de vida da população, têm sido aprovadas, desde 2016, reformas que tiram direitos, esvaziando progressivamente o Estado Democrático e de proteção social pactuado na Constituição Federal de 1988, a principal delas sendo a **Emenda Constitucional n.º 95/2016** (EC 95), que congela gastos públicos por 20 anos. Também houve redução de direitos trabalhistas e previdenciários da população em geral, o que agora

se associa a um ataque aos servidores e servidoras público(a)s, grosseira e falsamente acusados de compor uma suposta casta privilegiada e responsável por consumir ineficientemente parte preciosa do PIB nacional.

Vivemos um tempo de ataque aos docentes e às instituições públicas quando se considera a precarização das condições de trabalho, tornando o magistério menos atrativo, o que, a médio e longo prazos, poderá levar à fuga de cérebros. Como tentativa de fragmentar de maneira fratricida as áreas de conhecimento da universidade e desresponsabilizar-se com seu financiamento público, o governo federal tentou emplacar o Future-se, querendo estabelecer uma lógica de segmentação de setores e áreas do conhecimento para, a partir disto, inviabilizar a carreira docente federal pública e selecionar aqueles cursos mais ou menos aptos à captação de recursos complementares privados, que gradativamente substituiriam os recursos públicos e esvaziariam, especialmente, os cursos da área de Ciências Humanas e alguns das Sociais Aplicadas. Na UFBA, a APUB promoveu inúmeras passagens nas unidades para qualificar o debate sobre o tema, culminando numa grande plenária organizada pelas entidades sindicais representativas dos 4 setores (docentes, estudantes, técnicos-administrativos e terceirizados) - APUB, ASSUFBA, DCE/UFBA, SINDVIGILANTES e SINDILIMP - que decidiu de forma unânime em dizer **NÃO** ao projeto.

A Reforma da Previdência (EC 103/2019), aprovada em novembro de 2019, suprimiu diversos direitos previdenciários no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e piorou significativamente o Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos federais, com a alteração nas formas de cálculo dos benefícios e o aumento, em regra, das alíquotas, como também da idade mínima e do tempo de contribuição para aposentadoria, aplicando mais fatores de redução do valor final da nossa aposentadoria. Para as e os docentes aposentada(o)s o cenário ainda é mais grave, em razão do fim do duplo teto para aposentadas/dos e pensionistas com doenças graves ou incapacitantes e com o fim do acúmulo integral de aposentadorias e pensões, tendo a/o aposentada/o que optar pelo benefício de maior valor e o outro pago parcialmente. A **Reforma Administrativa** (PEC 32) proposta pelo governo federal aumenta ainda mais a desvalorização do serviço público e pretende reduzir salários, em especial os de ingresso e ampliar para 8 anos o estágio probatório. O salário e a estabilidade não são privilégios dos servidores, mas garantias da sociedade contra a influência do poder político e econômico no serviço público. Com estabilidade não existe "istolão" e falsear a discussão dando aos salários e à estabilidade a condição de privilégios tem sido a estratégia utilizada pelo governo federal para atacar o(a)s servidore(a)s públicos e avançar no desmonte do Estado social. Nossos salários estão congelados até o final de 2021, o que significa uma perda de poder aquisitivo com projeção superior a 20%, considerando o aumento de preços de produtos ditos essenciais.

A pandemia do novo coronavírus ainda trouxe para a vida docente novos aprendizados necessários para o desenvolvimento de aulas remotas advindas da implantação do Semestre Letivo Suplementar (SLS) com preservação da qualidade do ensino. No entanto, consideramos a sobrecarga física e mental que isso tem custado à professora e ao professor: dificuldade de acesso à internet de qualidade, a equipamentos necessários

para fazer essa conexão, condições básicas de trabalho e interação social; dificuldade com as novas interfaces de ensino-aprendizagem, que demandam desenvolvimento de competências digitais em curto prazo, conversão de nossa casa em ambiente de trabalho, acarretando mudanças e dificuldades na dinâmica familiar.

O momento atual não permite, pois, respostas simples e muito menos a repetição do que já foi feito no passado. As formas de mobilização precisam contribuir para que a sociedade consiga compreender o papel das IFES no nosso país, na melhoria de vida da população e no desenvolvimento nacional. **A Chapa 1 - Semear atuará para evitar a perda de direitos e resistir às tentativas de desmonte da educação pública e de qualidade. Precisamos manter e ampliar alianças, aumentar a capacidade de mobilização e qualificar os nossos instrumentos de comunicação e diálogo com a sociedade, para que ela compreenda a importância das Universidades Públicas e dos Institutos Federais.**

EIXO 4: Encontro e cuidado docentes

Os ataques constantes às IFES e aos servidores públicos, com tentativas de redução dos direitos e sucateamento do trabalho acadêmico, têm afetado de forma direta todas as pessoas que vivem o espaço da educação pública no nosso país. Ser docente tem se tornado um exercício constante de resiliência em vários aspectos. Precisamos semear a esperança de que momentos melhores virão.

A pandemia aflorou de forma importante essas questões, pois além das lutas pela manutenção de direitos, veio um universo de questões que começaram a fazer parte da nossa rotina: o cuidado do lar, o cuidado de si e dos seus, a novidade da docência online, a preocupação em manter a excelência do ensino, convivendo com as fragilidades referentes às rotinas de estarmos dependentes da tecnologia.

Neste contexto o cuidado emerge como um eixo importante porque, para além das questões coletivas, existe um ser, único, com identidade própria, que busca alívio das tensões e precisa de bem-estar. Deve-se, portanto, fortalecer a ética nas relações humanas, a solidariedade e a confiança. Somos representação de uma categoria e queremos desenvolvê-la de forma ampliada e com olhar mais qualificado para as pessoas que compõem o nosso coletivo.

A **Chapa 1 - Semear** entende que a luta pode ser desenvolvida com uma percepção real das pessoas, para que elas possam ser vistas, acolhidas e ouvidas. E é com esse pensamento que **propomos criar e reforçar espaços diversos para desenvolvimento de laços, trocas e apoio, que promovam a fruição da arte e da cultura, elementos sempre necessários mas que se tornam urgentes nos tempos atuais. Além disso, propomos instituir ações sindicais direcionadas à gestão de pessoas nas IFES que viabilizem a identificação, atendimento, acompanhamento e, se for o caso, eventual afastamento docente por comprometimento da sua saúde física e mental, inclusive em razão dos efeitos psicológicos da pandemia e do isolamento social sobre ela e sua família.**

SEMPRE PROFESSORES, SEMPRE COLEGAS

Na APUB, os aposentados são participantes de pleno direito. Sua atuação se destaca, inclusive, no acompanhamento dos processos judiciais; implantação de convênios; valorização da atenção, saúde e lazer; organização da Comissão e dos Encontros de Aposentados. **Propomos continuar contando com ela, pela atuação de colegas que têm história e experiência de enfrentamento e superação de ataques à Universidade e aos direitos, o que é parte fundamental da nossa luta.**



Diretoria

PRESIDENTE:
Emanuel Lins Freire
Vasconcellos
(UFBA/Direito)



Professor da Faculdade de Direito da UFBA e da UNEB. Graduado, mestre e doutorando em Direito pela UFBA. Integrante da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo. Vice-presidente da APUB (gestão 2018-2020). Representante docente no Conselho Universitário da UFBA. Membro do Colegiado de Graduação em Direito da UFBA e da Comissão de Revalidação de Diploma na FDUFBA. Foi membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/BA.

VICE-PRESIDENTA:
Ana Lúcia
Barbosa Góes
(UFBA/ICS)



Fisioterapeuta, mestre e doutora em Medicina e Saúde Humana. Professora Adjunta do Departamento de Fisioterapia - ICS/ UFBA. Docente Ufba desde 2016. Pesquisadora em Disfunções do movimento humano e em fisioterapia do esporte.

DIRETORA ADMINISTRATIVA:
Andréa Beatriz
Hack de Góes
(UFBA/Letras)



Profa. Adjunta Instituto de Letras desde 2015. Atua como docente da graduação, pós-graduação (PROFLETRAS) e extensão. Pesquisadora da área de Língua Portuguesa e Letramentos Digitais, com foco na formação de professores.

DIRETORA FINANCEIRA:
Fernanda Almeida
Pereira
(UFBA/Creche)



Pedagoga, Mestre e Doutora em educação UFBA. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFBA, desde 1997. É pesquisadora da Linha de Pesquisa Educação e Diversidade, do Programa de Pós-graduação em Educação FAGED-UFBA. Filiada desde 1998, é integrante do GT Educação da APUB.

DIRETORA ACADÊMICA:
Jucélia Bispo dos
Santos
(UNILAB/Malês)



Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais no Campus dos Males (São Francisco do Conde - Ba), Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Sociedade (GEPILIS) na UNILAB e membro do grupo Laboratório de Estudos, Pesquisas em Geografia e Educação (LEPEGE), da UNEB, Campus XI.

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA:
Luciene da Cruz
Fernandes
(UFBA/ICS)



Fonoaudióloga formada pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e doutora pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Pesquisadora na área de audiolgia e políticas públicas. Professora Associada I do departamento de fonoaudiologia da UFBA e da pós-graduação Ciências da Reabilitação do Instituto Ciências da Saúde (ICS/UFBA).

DIRETOR SOCIAL E DE APOSENTADOS:
Joviniano Soares de
Carvalho Neto
(UFBA/FFCH/Apos.)



Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Professor de Direitos Humanos no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-Bahia (2015-2019). Presidente do CEPET – Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura, membro do CNPCT – Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (2014-2018); professor de Ciência Política da UFBA (Aposentado). Já ocupou vários cargos em entidades da Sociedade civil, inclusive na APUB.



Conselho Fiscal

Titulares

Uilma Rodrigues de Matos Amazonas
(UFBA/Faced)



Formada em Pedagogia e letras. Professora associada do departamento de Fundamentos de Educação I (FACED/UFBA). Desenvolve pesquisas na linha de Política e Gestão Educacional, políticas de Educação de Jovens e Adultos e Formação de professores.

Leopoldina Cachoeira Menezes
(UFBA/Matemática)



Professora associada do Instituto de Matemática e Estatística. Doutorado e pesquisadora no Núcleo Interdisciplinar da Mulher (NEIM).

Silvia Lúcia Ferreira
(UFBA/Enfermagem)



Graduação em enfermagem pela Universidade Federal da Bahia, mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, e Pós Doutorado na Universidad Autônoma de Barcelona. Professora Titular. Fundadora, Pesquisadora e Líder de Pesquisa do GEM (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem), na Escola de Enfermagem da UFBA. Pesquisadora do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Suplentes

Hebe Alves
(UFBA/Teatro)



Doutora em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia, com Doutorado-Sanduíche na Universidade de Nanterre - França. Professora Adjunta da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia. Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da UFBA.

Carlos Alberto Caroso Soares
UFBA/FFCH



Antropólogo. Professor Titular no Departamento de Antropologia (FFCH/UFBA) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia-PPGA (FFCH/UFBA). Desenvolve pesquisas na área de antropologia da saúde, memória social, antropologia e patrimônio cultural, povos e populações em situação de vulnerabilidade socioambiental, inovação, desenvolvimento de base comunitária e empreendedorismo social.

Conselho de Representantes

UFBA – SALVADOR – TITULARES: Manoel Marcos Freire d'Aguiar Neto (UFBA), Bárbara Coelho Neves (UFBA/ICI) e Daniel Tourinho Peres (UFBA/FFCH). **SUPLENTES:** Rutildes Moreira da Fonseca (UFBA/FACED), Meran Muniz da Costa Vargens (UFBA/Teatro) e Ricardo Fernandes Carvalho (UFBA/Politécnica).

IMS/UFBA - VITÓRIA DA CONQUISTA – TITULAR: Leila Costa Cruz (UFBA/MS). **SUPLENTE** Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho (IMS/CAT).

UFRB – TITULAR: Claudia Feio da Maia Lima (UFRB/CCS). **SUPLENTE:** Maria de Fátima da Silva Pinto Peixoto (UFRB/Aposentada).

IFBA TITULAR: Eloisa Santos Pinto (IFBA). **SUPLENTE:** José Luís da Silva Moisés (IFBA).

UNILAB – TITULAR: Carlos Maroto Guerola (UNILAB/IHL). **SUPLENTE:** Márcio André dos Santos (UNILAB/IHL).